PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE JUIZ DE FORA

QUADRIÊNIO 2020-2024

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém a **Prova Escrita de Múltipla Escolha, de Redação e Documento Oficial.**
Esta prova tem 11 (onze) folhas incluindo a folha de rosto.
As questões de 01 a 30 valem 2,0 (dois) pontos cada.
A questão 31 vale 20,0 (vinte) pontos.
As questões 32 e 33 valem 10,0 (dez) pontos cada.
Favor conferir.

Use o **rascunho** da **Folha de Respostas** reproduzida no fim deste caderno para as questões de múltipla escolha.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- Confira seu nome e número de inscrição.
- Assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas:**

- **Use caneta esferográfica azul ou preta.**
- Aplique traços firmes, sem forçar o papel.
- Assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas, ou se a mesma estiver em branco.

- **NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.**

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

CUIDE BEM DELA. ELA É A SUA PROVA.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 04h00min

01 – Os direitos enunciados pela Lei nº 8.069 de 13 de julho 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. De acordo com as disposições preliminares da referida lei, é **CORRETO** afirmar que:
a) a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa, sem prejuízo da proteção integral de que trata o ECA, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
b) considera-se criança, para os efeitos do ECA, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.
c) na sua interpretação, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
d) nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
e) todas as opções acima são verdadeiras.

02 – Segundo o art. 4º da Lei nº 8.069 de 13 de julho 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. De acordo com o parágrafo único deste artigo, a garantia de prioridade compreende:
(I) a primazia de receber proteção e socorro em circunstâncias emergenciais;
(II) a precedência de atendimento nos serviços privados;
(III) a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
(IV) a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
a) Todas as opções acima são corretas;
b) Apenas as opções III e IV são corretas;
c) Apenas as opções I e IV são corretas;
d) Apenas as opções II e III são corretas;
e) Apenas as opções I e III são corretas.

03 – Segundo o ECA, a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Considerando o direito à vida e à saúde, é **INCORRETO** afirmar que:
a) é assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;
b) é assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde;
c) o poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade;
d) os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de cinco anos;
e) os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

04 – De acordo com o art. 15 da Lei nº 8.069 de 1990, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Considerando o art. 16 da referida lei, o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, **EXCETO**:
a) observar as regras restritivas dos espaços públicos e privados para se expressar;
b) crença e culto religioso;
c) brincar, praticar esportes e divertir-se;
d) participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
e) participar da vida política, na forma da lei.

05 – Observando o direito de toda criança ou adolescente de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral, assinale a alternativa **CORRETA**:
a) toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 12 (doze) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta;
b) a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar;
c) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará, em nenhuma hipótese, por mais de 02 (dois) anos;
d) o poder familiar será exercido, preferencialmente, pela mãe;
e) os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

06 – Em relação ao direito à convivência familiar e comunitária, marque a alternativa **CORRETA**:
(I) entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, sem que haja, necessariamente, convivência, vínculos de afinidade e afetividade com a criança ou adolescente;
(II) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais;
(III) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais;
(IV) A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos, pressupondo a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implicando necessariamente, o dever de guarda.
a) Todas as opções acima são verdadeiras;
b) Apenas as opções II e IV são verdadeiras;
c) Apenas as opções I, II e IV são verdadeiras;
d) Apenas as opções II, e III são verdadeiras;
e) Apenas as opções I e III são verdadeiras.

07 – Considerando que, de acordo com o ECA, a adoção de criança e de adolescente é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, assinale a afirmação **INCORRETA**:
a) o adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes;
b) a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais;
c) a adoção não depende, em nenhuma circunstância, do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando;
d) a adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso, sendo este dispensado se

o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo;
e) a autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

08 – A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo assegurado pelo ECA:
I) a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola pública e gratuita próxima de sua residência;
II) o direito de organização e participação em entidades estudantis;
III) o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
IV) o respeito no processo educacional dos valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.
a) Todas as opções acima são verdadeiras;
b) Apenas as opções I e IV são verdadeiras;
c) Apenas as opções I e III são verdadeiras;
d) Apenas as opções II e III são verdadeiras;
e) Apenas as opções I, II e IV são verdadeiras.

09 – Considerando o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, é **INCORRETO** afirmar que:
a) ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem;
b) ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários;
c) ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
d) o programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe em condições de capacitação para o exercício de atividade regular não remunerada;
e) ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

10 – A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente consiste em um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, estando integradas às suas diretrizes:
I) a criação de Conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;
II) a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;
III) integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta;
IV) a mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.
a) Apenas as opções I e II são verdadeiras;
b) Apenas as opções I e IV são verdadeiras;
c) Apenas as opções I e III são verdadeiras;
d) Apenas as opções II e III são verdadeiras;
e) Todas as opções acima são verdadeiras.

11 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que corresponde às linhas de ação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:
I) políticas sociais básicas;
II) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
III) proteção jurídico social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
IV) especialização e formação esporádica dos profissionais que trabalham nas diferentes áreas da atenção à primeira infância.
a) estão corretas apenas as opções I, II e IV;
b) estão corretas apenas as opções I, III e IV;
c) estão corretas apenas as opções I, II e III;
d) estão corretas apenas as opções II, III e IV;
e) Todas as opções acima estão corretas.

12 – Em relação às Entidades de Atendimento, assinale a alternativa **INCORRETA:**
a) as entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida pelo art. 90 do ECA, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária;
b) as entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade;
c) as entidades que desenvolvem programa de acolhimento institucional poderão buscar a transferência da criança ou adolescente abrigado para outra entidade, bem como o desmembramento de grupos de irmãos.
d) o dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.
e) as entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

13 – Segundo o art. 94 do ECA, as entidades que desenvolvem programas de internação possui, dentre suas obrigações:
(I) oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;
(II) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;
(III) reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de doze meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;
(IV) propiciar, ocasionalmente, escolarização, profissionalização e atividades culturais, esportivas e de lazer.
a) Apenas as opções I e II estão corretas;
b) Apenas as opções I, II e IV estão corretas;
c) Apenas as opções I e III estão corretas;
d) Apenas as opções II e III estão corretas;
e) Todas as opções acima estão corretas.

14 – Em relação à fiscalização das entidades de atendimento estabelecidas a partir dos regimes determinados pelo ECA, é **CORRETO** afirmar que:
a) a fiscalização das entidades governamentais e não-governamentais é de incumbência exclusiva do judiciário;
b) os planos de aplicação e as prestações de contas serão sempre apresentados ao município, independente da origem das dotações orçamentárias;
c) em relação às entidades governamentais, quando descumprirem suas obrigações, não será permitido o fechamento de unidade ou interdição do programa, cabendo-lhes, apenas, a advertência como medida aplicável;
d) não será permitida a cassação do registro das entidades não-governamentais que descumprirem suas obrigações, cabendo-lhes, apenas, a suspensão total ou parcial de verbas públicas;

e) as pessoas jurídicas de direito público e as organizações não governamentais responderão pelos danos que seus agentes causarem às crianças e aos adolescentes, caracterizado o descumprimento dos princípios norteadores das atividades de proteção específica.

15 – Considerando que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos pelo ECA forem ameaçados ou violados, sinalize a opção **CORRETA** em relação aos princípios que regem a aplicação das medidas:
a) condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal;
b) responsabilidade do município: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes pelo ECA e pela Constituição Federal é de responsabilidade exclusiva do município;
c) não obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, não respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, não deverão ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
d) comprovação da situação de perigo: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada quando a situação de perigo for comprovada;
e) proteção parcial: a interpretação e aplicação de determinadas normas contidas pelo ECA deve ser voltada à proteção parcial, dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares.

16 – Verificada a ameaça ou a violação dos direitos reconhecidos pelo ECA, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, a(as) seguinte(s) medida(s):
a) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
b) orientação, apoio e acompanhamento temporários;
c) inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
d) acolhimento institucional;
e) todas as alternativas anteriores.

17 – Em relação ao acolhimento institucional e ao acolhimento familiar, assinale a alternativa **INCORRETA:**
a) são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade;
b) imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei;
c) crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual não será necessário constar sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos;
d) verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de 05 (cinco) dias, decidindo em igual prazo;
e) o acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido.

18 – De acordo com a Lei 8069 de 1990, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, sendo penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas pelo ECA. Considerando a prática de ato infracional, assinale a alternativa **INCORRETA**:
a) para os efeitos do ECA, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato;
b) nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente;

c) o adolescente civilmente identificado será, necessariamente, submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada;
d) o adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos;
e) a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

19 – Conforme previsto no art. 112 da Lei nº 8069 de 1990, verificada a prática de ato infracional, é **CORRETO** afirmar que a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
I - advertência;
II- prestação de serviços à comunidade;
III - liberdade assistida;
IV - inserção em regime de semiliberdade.
a) Todas as opções acima são verdadeiras;
b) Apenas as opções II e III são verdadeiras;
c) Apenas as opções II e IV são verdadeiras;
d) Apenas as opções I, II e III são verdadeiras;
e) Apenas as opções II, III e IV são verdadeiras.

20 – O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei. De acordo com o art. 136 do ECA, são atribuições do Conselho Tutelar:
I – promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança e representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;
II – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
III – atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas cabíveis de acordo com o ECA;
IV – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
a) todas as opções acima são verdadeiras;
b) apenas as opções I, II e III são verdadeiras;
c) apenas as opções I, II e IV; são verdadeiras;
d) apenas as opções I, II são verdadeiras;
e) apenas as opções II, III e IV são verdadeiras.

21 – Em relação às medidas socioeducativas, assinale a opção **INCORRETA**:
a) a advertência consiste em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada;
b) a internação deverá ser cumprida em entidade preferencialmente para adolescentes, podendo ser em local destinado ao abrigo;
c) a prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais;
d) a liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, sendo esta fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor;
e) em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

22 – De acordo com o art. 148 da Lei nº 8069/1990, em relação à Justiça da Infância e da Juventude, é **CORRETO** afirmar que, estão entre suas competências:
I – conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;
II – conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;

III – conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;
IV – conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.
a) Todas as opções acima estão corretas;
b) Apenas as opções I e III estão corretas;
c) Apenas as opções I e II estão corretas;
d) Apenas as opções I e II, IV estão corretas;
e) Apenas as opções II, III e IV estão corretas.

23 – Em relação à perda ou a suspensão do poder familiar, é **CORRETO** afirmar que:
a) o procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação realizada, somente, pelo Ministério Público;
b) a petição inicial deverá indicar, apenas, a exposição sumária do fato e do pedido;
c) a suspensão do poder familiar ocorrerá, somente, após o julgamento definitivo da causa;
d) sendo necessário, a autoridade judiciária requisitará de qualquer repartição ou órgão público a apresentação de documento que interesse à causa, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público;
e) o prazo máximo para conclusão do procedimento será de 30 (trinta) dias.

24 – De acordo com o Art. 165 do ECA, são requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta, **EXCETO:**
a) qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, sem que haja, necessariamente, expressa anuência deste;
b) indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo;
c) qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos;
d) indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão;
e) declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

25 – Em relação à apuração de ato infracional atribuído a adolescente, assinale a alternativa **INCORRETA**:
a) o adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária;
b) comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social devam o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública;
c) em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência;
d) o adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade;
e) a internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional, e, inexistindo na comarca entidade com as características definidas pelo ECA, o adolescente deverá ser imediatamente transferido para a localidade mais próxima.

26 – Em relação à apuração de irregularidades em entidade de atendimento governamental e não-governamental, assinale a alternativa **INCORRETA**:
a) o procedimento terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos;
b) havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada;
c) o dirigente da entidade será citado para, no prazo de dez dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir;
d) apresentada ou não a resposta, e sendo necessário, a autoridade judiciária designará audiência de instrução e julgamento, intimando as partes;

e) a autoridade judiciária não poderá, antes de aplicar qualquer das medidas, em nenhuma hipótese, extinguir o processo, mesmo que removidas as irregularidades verificadas.

27 – No que se refere à habilitação de pretendentes à adoção, é **CORRETO** afirmar que:
a) não é obrigatória a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos;
b) deferida a habilitação, o postulante será inscrito nos cadastros de adoção, sendo a sua convocação para a adoção feita de acordo com ordem cronológica de habilitação e conforme a disponibilidade de crianças ou adolescentes adotáveis;
c) a ordem cronológica das habilitações não poderá deixar de ser observada, em nenhuma hipótese, pela autoridade judiciária;
d) a recusa injustificada, pelo habilitado, à adoção das crianças ou adolescentes indicados dentro do perfil escolhido, não poderá interferir na reavaliação da habilitação concedida;
e) os postulantes à adoção, domiciliados no Brasil, apresentarão petição inicial na qual constem, apenas, os dados familiares e as cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento.

28 – De acordo com o art. 201 do ECA, assinale a alternativa **CORRETA** que corresponde às competências do Ministério Público:
I – zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;
II – promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes;
III – conceder a emancipação, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais;
IV – instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.
a) Todas as opções acima são verdadeiras;
b) Apenas as opções I e III são verdadeiras;
c) Apenas as opções I e II são verdadeiras;
d) Apenas as opções I e II, IV são verdadeiras;
e) Apenas as opções II, III e IV são verdadeiras.

29 – Considerando os crimes praticados contra crianças e adolescentes, é correto afirmar, **EXCETO:**
a) privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente corresponde à pena de detenção de seis meses a dois anos;
b) submeter criança ou adolescente sob sua autoridade guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento corresponde à pena de detenção de seis meses a dois anos;
c) impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista no ECA corresponde à pena de detenção de seis meses a dois anos;
d) prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa, corresponde à pena de reclusão de um a quatro anos, e multa, não incidindo nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa;
e) produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente corresponde à pena de reclusão, de quatro a oito anos, e multa.

30 – São consideradas infrações administrativas praticadas contra crianças e adolescentes:
I) deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente;
II) deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação ao Conselho Tutelar e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada;
III) deixar o responsável por diversão ou espetáculo público de afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza da diversão ou espetáculo e a faixa etária

especificada no certificado de classificação;
IV) hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.
a) Todas as opções acima são verdadeiras;
b) Nenhuma das opções acima é verdadeira;
c) Apenas as opções I, III e IV são verdadeiras;
d) Apenas as opções I, II e IV são verdadeiras;
e) Apenas as opções I, II e III são verdadeiras.

NOME:_____**Inscrição Nº**_____

REDAÇÃO E DOCUMENTO OFICIAL

– As questões 31, 32 e 33 devem ser respondidas a **TINTA**, azul ou preta, no espaço reservado abaixo de cada questão.
– A questão 31 deverá ter, no mínimo, vinte (20) linhas e, no máximo, (30) trinta linhas.
– O texto deverá ser desenvolvido segundo as orientações dadas no enunciado de cada questão.
– Textos em versos e/ou escritos a lápis serão desconsiderados.

31 – Sobre tema Trabalho Infantil, redija um **TEXTO DISSERTATIVO** defendendo seu ponto de vista sobre combater o trabalho infantil e a exploração de crianças e adolescentes com base nas reflexões do texto abaixo.

O trabalho e a exploração infantil constituem um grave problema social no Brasil. A ONU divulga um dado alarmante: 168 milhões de crianças estão trabalhando enquanto deveriam estar na escola. Dessas, 120 milhões têm entre 05 e 14 anos e 5 milhões estão em condições semelhantes à escravidão. O relatório fala também da situação do Brasil. Pouco mais de 14% dos jovens entre 15 e 17 anos estão empregados em trabalhos considerados perigosos, grande parte na agricultura e na indústria.

Criado em 2002 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, comemorado no dia 12 de junho, tem como objetivo alertar a população para o fato de milhões de crianças serem obrigadas a trabalhar. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016, no Brasil, 2,7 milhões de crianças e adolescentes de 05 a 17 anos trabalham irregularmente.

Em todo o Brasil, a mão de obra de crianças e adolescentes ainda é explorada de forma indiscriminada. Seja nos semáforos, nos lixões, em feiras, restaurantes, no campo, em indústrias ou dentro de casa, os direitos à infância e à educação são negados para quase três milhões de crianças e adolescentes no país, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mapeamento da situação do trabalho infantil mostra que o número de trabalhadores precoces corresponde a 5% da população que tem entre 05 e 17 anos no Brasil. A taxa de crianças economicamente ativas é 20% menor do que o registrado em anos anteriores, mas especialistas alertam que é possível que haja uma interrupção na tendência de queda.

Desde 2013, o país vem registrando aumento dos casos de trabalho infantil entre crianças de 05 a 09 anos. Em 2015, ano da última pesquisa do IBGE, quase 80 mil crianças nessa faixa etária estavam trabalhando e, nas próximas pesquisas, quando elas estiverem mais velhas, podem promover o aumento do número de adolescentes que trabalham. Cerca de 60% delas vivem na área rural das regiões Norte e Nordeste.

Ainda hoje nos deparamos com crianças e adolescentes atuando como vendedores ambulantes nos grandes centros urbanos, crianças trabalhando na lavoura, adolescentes exploradas pelo comércio sexual, meninas exercendo trabalho doméstico.

NOME:_____**Inscrição Nº**_____

NOME:_____ **Inscrição Nº**_____

32 – Redija uma notificação com fundamento no art. 136, inciso VII, da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), ao responsável de um adolescente de 14 anos (nomes fictícios) para comparecer ao Conselho Tutelar da região que você representa com o objetivo de prestar informações sobre a situação de venda de CDs de músicas e vídeos em bairro de aglomerado de bares e restaurantes no município de Juiz de Fora.

NOME:_____**Inscrição Nº**_____

33 – Redija um modelo de comunicado ao Ministério Publico para afastamento de crianças do convívio familiar por constatação de maus tratos e negligência e quais foram as providências adotadas.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

TRANSFIRA AS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBEDECENDO ÀS INSTRUÇÕES CONTIDAS NA PRIMEIRA CAPA.

	A	B	C	D	E		A	B	C	D	E
01	☐	☐	☐	☐	☐	26	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐	27	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐	28	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐	29	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐	30	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐	31	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐	32	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐	33	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐	34	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐	35	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐	36	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐	37	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐	38	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐	39	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐	40	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐	41	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐	42	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐	43	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐	44	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐	45	☐	☐	☐	☐	☐
21	☐	☐	☐	☐	☐	46	☐	☐	☐	☐	☐
22	☐	☐	☐	☐	☐	47	☐	☐	☐	☐	☐
23	☐	☐	☐	☐	☐	48	☐	☐	☐	☐	☐
24	☐	☐	☐	☐	☐	49	☐	☐	☐	☐	☐
25	☐	☐	☐	☐	☐	50	☐	☐	☐	☐	☐